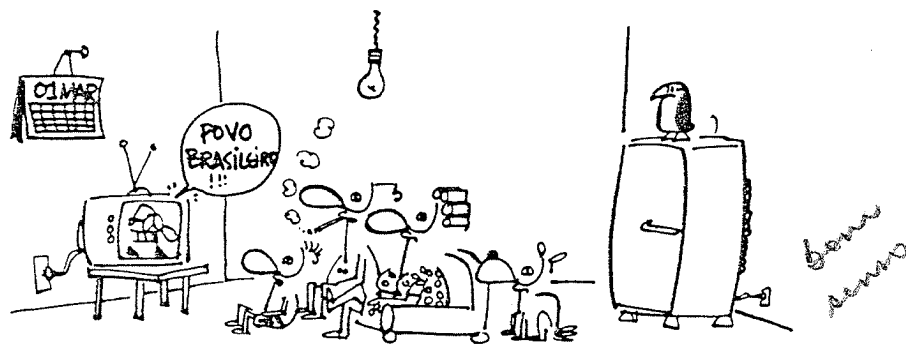
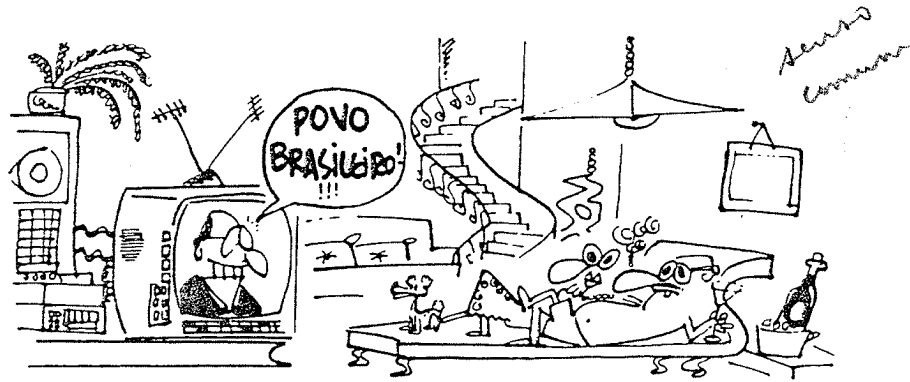


ARANTES, M.C. de A. e MARTINS, M.H.P. Ideologia. In: *Introdução à Filosofia*. 2ª ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Moderna, 1993. p. 34-42 e 50-53.

IDEOLOGIA



(Glauco, Abobrinhas da Brasilônia, São Paulo, Circo Editorial, 1985.)

PRIMEIRA PARTE — O que é ideologia?

1. Senso comum e bom senso

Chamamos *senso comum* ao conhecimento adquirido por tradição, herdado dos antepassados e ao qual acrescentamos os resultados da experiência vivida na coletividade a que pertencemos. Trata-se de um conjunto de *idéias* que nos permite interpretar a realidade, bem como de um corpo de *valores* que nos ajuda a avaliar, julgar e portanto agir.

Como examinaremos no Capítulo 11 (O conhecimento científico), o senso comum não é refletido e se encontra misturado a crenças e preconceitos. É um conhecimento ingênuo (não-crítico), fragmentário (porque difuso, assistemático e muitas vezes sujeito a incoerências) e conservador (resiste às mudanças).

Com isso não queremos desmerecer a forma de pensar do homem comum, mas apenas enfatizar que o primeiro estágio de conhecimento precisa ser superado em direção a uma abordagem crítica e coerente, características estas que não precisam ser necessariamente atributos de formas mais requintadas de conhecer, tais como a ciência ou a filosofia. Em outras palavras, o *senso comum* precisa ser transformado em *bom senso*, este entendido como a elaboração coerente do saber e como explicitação das intenções conscientes dos indivíduos livres. Segundo o filósofo Gramsci, o bom senso é “o núcleo sadio do senso comum”.

Qualquer pessoa, não sendo vítima de doutrinação e dominação, e se for estimulada na capacidade de compreender e criticar, torna-se capaz de juízos sábios porque vitais, isto é, orientados para sua humanização.

Geralmente os obstáculos à passagem do senso comum ao bom senso resultam da exclusão do indivíduo das decisões importantes na comunidade em que vive. Em sociedades não-democráticas as informações não circulam igualmente em todas as camadas sociais e nem todos têm igual possibilidade de consumir e produzir cultura. No Brasil, por exemplo, um terço das crianças em idade escolar estão excluídas da educação, isso sem falar da pirâmide educacional segundo a qual os que têm acesso à escola abandonam o estudo no decorrer do processo, sendo mínima a

porcentagem dos que atingem os níveis superiores de escolarização.

Não é só isso. Mesmo aqueles que frequentam escolas submetem-se à perversa divisão em que, para alguns, é reservada a formação humanística e científica, enquanto outros recebem apenas preparação técnica, mantendo-se a dicotomia trabalho intelectual/trabalho manual. Com isso é garantida a dominação daqueles que são obrigados a se ocupar apenas com o fazer (ver Capítulo 2 — Trabalho e alienação).

A superação de tal estado de coisas decorre não só da democratização do acesso à escola e da negação da escola dualista (formação acadêmica *versus* formação técnica) como também depende da conquista de espaços possíveis de atuação nos sindicatos e nas organizações representativas dos mais diversos tipos.

No entanto, não são apenas os trabalhadores manuais que não têm conseguido passar do senso comum para o bom senso. Funcionários de empresas, empresários, especialistas de qualquer área, inclusive cientistas, podem estar restritos a formas fragmentárias do senso comum quando se acham presos a preconceitos, a concepções rígidas, quando sucumbem à ação massificante dos meios de comunicação de massa.

Outras vezes, renunciemos ao exercício do bom senso quando nos submetemos ao poder dos tecnocratas, seduzidos pelo “saber do especialista”. Basta observar a timidez de decisão dos pais que, ao educarem os filhos, delegam poderes a psicólogos, pedagogos, pediatras. Não pretendemos, ao dizer isso, desvalorizar a contribuição tão importante da ciência, muito ao contrário! Apenas ressaltamos que o homem leigo não precisa permanecer passivo diante do saber do técnico, demitindo-se das ações que ele próprio poderia exercer. Ele tem o direito de informar-se ativamente a respeito do tratamento a que se acha submetido e dos seus efeitos. Em última análise, convém desmistificar a tendência de cultuar as pessoas “estudadas” em detrimento do homem “sem letras” ou simplesmente não-especialista.

Qualquer homem, se não foi ferido em sua liberdade e dignidade, e se teve ocasião de desenvolver a habilidade crítica, será capaz de autoconsciência, de elaborar criticamente o próprio pensamento e de analisar adequadamente a situação em que vive. É nesse estágio que o bom senso se aproxima da filosofia, da *filosofia de vida*, como a entendemos no Capítulo 8 (O que é filosofia?).

Podemos perceber que não é automática a passagem do senso comum ao bom senso, e um dos obstáculos ao processo se encontra na difusão da *ideologia*, entendida em sentido restrito, que abordaremos no item 3 deste capítulo.

2. Ideologia: sentido amplo

Há vários sentidos para a palavra *ideologia*. Em sentido amplo, é o conjunto de idéias, concepções ou opiniões sobre algum ponto sujeito a discussão. Quando perguntamos qual é a ideologia de determinado pensador, estamos nos referindo à *doutrina*, ao corpo sistemático de idéias e ao seu posicionamento interpretativo diante de certos fatos. É nesse sentido que falamos em ideologia liberal ou ideologia marxista.

Ainda podemos nos referir à ideologia enquanto teoria, no sentido de organização sistemática dos conhecimentos destinados a orientar a ação efetiva. Existe portanto a ideologia de uma escola, que orienta a prática pedagógica; a ideologia religiosa, que dá regras de conduta aos fiéis; a ideologia de um partido político, que estabelece determinada concepção de poder e fornece diretrizes de ação a seus filiados. Já ouvimos a expressão “atestado ideológico”, que é a declaração exigida sobre a filiação partidária de alguém. No Brasil, durante o recrudescimento do poder autoritário, órgãos como o Deops (Departamento Estadual de Ordem Política e Social) exigiam em certas circunstâncias que as pessoas apresentassem atestados desse tipo, a fim de controlar a adesão às ideologias marxistas, consideradas perigosas à segurança nacional.

3. Ideologia: sentido restrito

O conceito de ideologia tem outros sentidos mais específicos, elaborados por autores

como Destutt de Tracy, Comte, Durkheim, Weber, Manheim.

Mas é sobretudo com Marx que a explicitação do conceito enriqueceu o debate em torno do assunto e de sua aplicação. Para ele, diante da tentativa humana de explicar a realidade e dar regras de ação, é preciso considerar também as formas de conhecimento ilusório que levam ao mascaramento dos conflitos sociais. Segundo a concepção marxista, a ideologia adquire um *sentido negativo*, como instrumento de dominação.

Isso significa que a ideologia tem influência marcante nos jogos do poder e na manutenção dos privilégios que plasmam a maneira de pensar e de agir dos indivíduos na sociedade. A ideologia seria de tal forma insidiosa que até aqueles em nome de quem ela é exercida não lhe perceberiam o caráter ilusório.

A concepção de Gramsci

Vale considerar um reparo feito pelo marxista italiano Gramsci (1891-1937), para quem é preciso distinguir entre ideologias historicamente orgânicas e ideologias arbitrárias. As primeiras são historicamente necessárias porque “organizam as massas humanas, formam o terreno sobre o qual os homens se movimentam, adquirem consciência de sua posição, lutam etc.”. Segundo Gramsci, pode-se dar ao conceito de ideologia “o significado mais alto de uma concepção de mundo que se manifesta implicitamente na arte, no direito, na atividade econômica, em todas as manifestações de vida individuais e coletivas”¹ e que tem por função conservar a unidade de todo o bloco social.

Portanto, Gramsci considera que em um primeiro momento, enquanto concepção de mundo, a ideologia tem a função positiva de atuar como *cimento da estrutura social*. Quando incorporada ao que chamamos *senso comum*, ela ajudará a estabelecer o consenso, o que em última análise confere *hegemonia* a uma determinada classe; que passará a ser dominante.

Evitando a concepção mecanicista, Gramsci não considera que os dominados permaneçam submissos indefinidamente, pois no senso comum poderão ser trabalhados ele-

mentos de bom senso e de instinto de classe que aos poucos formarão por sua vez a ideologia dos dominados. Daí a necessidade da formação de intelectuais surgidos da própria classe subalterna e capazes de organizar coerentemente a concepção de mundo dos dominados.

Conceituação de ideologia CHAUÍ

Vejamos a definição dada pela professora Marilena Chauí: “a ideologia é um conjunto lógico, sistemático e coerente de representações (idéias e valores) e de normas ou regras (de conduta) que indicam e prescrevem aos membros da sociedade o que devem pensar e como devem pensar, o que devem valorizar e como devem valorizar, o que devem sentir e como devem sentir, o que devem fazer e como devem fazer. Ela é, portanto, um corpo explicativo (representações) e prático (normas, regras, preceitos) de caráter prescritivo, normativo, regulador, cuja função é dar aos membros de uma sociedade dividida em classes uma explicação racional para as diferenças sociais, políticas e culturais, sem jamais atribuir tais diferenças à divisão da sociedade em classes, a partir das divisões na esfera da produção. Pelo contrário, a função da ideologia é a de apagar as diferenças, como as de classes, e de fornecer aos membros da sociedade o sentimento da identidade social, encontrando certos referenciais identificadores de todos e para todos, como, por exemplo, a Humanidade, a Liberdade, a Igualdade, a Nação, ou o Estado”².

Observamos então que a ideologia é apresentada como tendo fundamentalmente as seguintes características:

- constitui um corpo sistemático de *representações* que nos “ensinam” a pensar e de *normas* que nos “ensinam” a agir;
- tem como função assegurar determinação da relação dos homens entre si e com suas condições de existência, *adaptando* os indivíduos às tarefas prefixadas pela sociedade;
- para tanto, as diferenças de classe e os conflitos sociais são camuflados, ora com a descrição da “sociedade una e harmônica”, ora com a justificação das diferenças existentes;
- com isso é assegurada a *coesão* dos homens e a *aceitação sem críticas* das tarefas

mais penosas e pouco recompensadoras, em nome da “vontade de Deus” ou do “dever moral” ou simplesmente como decorrente da “ordem natural das coisas”;

• em última instância, tem a função de manter a dominação de uma classe sobre outra.

É interessante observar que a ideologia não é concebida como uma *mentira* que os indivíduos da classe dominante inventam para subjugar a classe dominada. Também os que se beneficiam dos privilégios sofrem a influência da ideologia, o que lhes permite exercer como *natural* sua dominação, aceitando como universais os valores específicos de sua classe.

Portanto, a ideologia se caracteriza pela *naturalização*, na medida em que são consideradas naturais as situações que na verdade são produtos da ação humana e que portanto são *históricos* e não naturais: por exemplo, dizer que a divisão da sociedade em ricos e pobres faz parte da natureza; ou que é natural que uns mandem e outros obedeçam.

Outra característica da ideologia é a *universalização*, pela qual os valores da classe dominante são estendidos à classe dominada. Ao receber um prêmio do patrão, o “operário-padrão” avaliza os valores que o mantêm subordinado e que certamente seriam descartados por aqueles que já adquiriram consciência de classe. É assim que a empregada doméstica “boazinha” não discute salário e não implica se trabalha além do horário. Também os missionários que acompanhavam os colonizadores às terras conquistadas certamente não percebiam o caráter ideológico da sua ação ao querer implantar uma religião e uma moral estranhas às do povo dominado.

A universalidade das idéias e dos valores é resultado de uma *abstração*, ou seja, as representações ideológicas não se referem ao concreto, mas ao *aparecer social*. Por exemplo, quando nos referimos à “sociedade una e harmônica”, lidamos com uma abstração, porque, ao analisarmos concretamente os homens nas suas relações sociais, descobrimos a divisão de classe e os interesses divergentes.

Portanto, a universalização e a abstração supõem uma *lacuna* ou o ocultamento de alguma coisa que não pode ser explicitada sob pena de desmascaramento da ideologia. Por isso a ideologia é ilusória, não no sentido de

¹ A. Gramsci, *Concepção dialética da história*, p. 16.

² M. Chauí, *O que é ideologia*, p. 113.

ser “falsa” ou “errada”, mas enquanto uma aparência que oculta a maneira pela qual a realidade social foi produzida. Isto é, sob o aparecer da ideologia existe a realidade concreta que precisa ser descoberta pela análise da gênese do processo.

Vejamos outros exemplos:

Quando dizemos que “o trabalho dignifica o homem”, estamos diante de uma afirmação difícil de ser contestada: como vimos no Capítulo 1 (A cultura), o homem se distingue do animal pelo trabalho, com o qual humaniza a natureza e a si mesmo. No entanto, torna-se um conceito ideológico quando se trata de uma abstração, ou seja, toda vez que considerarmos apenas a *idéia de trabalho*, independentemente da análise da situação concreta e particular da realidade histórico-social em que os operários realizam seu trabalho. Nesse caso, o que descobrimos é exatamente o contrário: o embrutecimento e a reificação (“coisificação”) do homem, e não a valorização da sua dignidade.

Ao afirmarmos que “o salário paga o trabalho do operário”, estamos diante de uma *lacuna*, pois, analisando a gênese do trabalho assalariado, descobrimos a mais-valia e, portanto, o artifício do qual deriva a exploração do trabalhador, que produz a sua alienação e oculta a diferença de condição de vida das pessoas na comunidade.

A afirmação “a educação é um direito de todos” é verdadeira e até um dever, já que há obrigatoriedade legal de se completar o curso primário. Mas essa afirmação se torna *abstrata* e *lacunar*, ao apresentar como *universal* um valor que beneficia apenas uma classe.

Isso é confirmado pelas estatísticas que mostram a evasão e o baixo índice de frequência escolar por parte das classes desfavoreci-

das. Mesmo que sejam dadas “explicações”, em função das dificuldades de adaptação, do mercado de trabalho e até do desinteresse ou preguiça dos alunos, o que se oculta é que na sociedade de classes há uma contradição entre os que produzem a riqueza material e cultural com seu trabalho e os que usufruem essas riquezas, excluindo delas os produtores. Assim, a educação é um dos bens a serem usufruídos pelos componentes da classe dominante. Portanto, a educação aparece como um direito de todos, mas, analisando a gênese da produção e usufruto dos bens, descobre-se que de fato a educação está restrita a uma classe.

Além disso, a ideologia mostra uma *realidade invertida*, ou seja, o que seria a *origem* da realidade é posto como *produto* e vice-versa; o que é *efeito* passa a ser considerado *causa*, o que é determinado é tido como determinante. Por exemplo, a ideologia burguesa afirma que existe desigualdade social porque existem diferenças individuais (a desigualdade natural seria a causa da desigualdade social). Ora, a sociedade é na verdade resultado da práxis, e as desigualdades sociais estabelecidas pela divisão social do trabalho e pelas relações de produção é que são causas das desigualdades individuais.

Com isso não desconsideramos as diferenças que de fato existem entre os indivíduos, como diversos níveis de interesse, aptidão, inteligência. Mas, *grosso modo*, na ideologia a atividade a que cada um se submete aparece como decorrente da competência e não como resultado da divisão de classes.

Assim, se o filho de um operário não melhora o padrão de vida, isto é explicado como resultado da sua incompetência, falta de força de vontade ou disciplina de trabalho, quando na realidade ele joga um “jogo de car-

tas marcadas”, e suas chances de melhorar não dependem dele, mas da classe que detém os meios de produção.

Outra inversão própria da ideologia é a maneira pela qual são estabelecidas as relações entre teoria e prática, colocando a teoria como superior à prática, porque a antecede e “ilumina”. As idéias tornam-se autônomas e são consideradas causa da ação humana (e não o contrário).

A divisão hierárquica entre o pensar e o agir se encontra também na dicotomia da sociedade, em que um segmento se dedica ao trabalho intelectual e outro, ao trabalho manual. Sob esse esquema, uma classe “sabe pensar”, enquanto a outra “não sabe pensar” e só executa. Portanto, uma decide, porque sabe, e a outra apenas obedece.

4. O discurso não-ideológico

A ação e o pensamento humanos nunca se acham totalmente determinados pela ideologia. Sempre haverá espaços de crítica e fendas que possibilitem a elaboração do discurso contra-ideológico.

Não é simples, no entanto, o trabalho de desvelamento do real, pois a ideologia penetra em setores insuspeitáveis: na educação familiar e escolar, nos meios de comunicação de massa, nos hospitais psiquiátricos, nas prisões, nas indústrias, impedindo de todas as formas a flexibilidade entre o pensar e o agir, determinando a repetição de fórmulas prontas e acabadas. Por outro lado, é exatamente nesses mesmos espaços em que é veiculada a ideologia que se inicia o processo de conscientização.

O que distingue o discurso ideológico do não-ideológico, que podemos chamar simplesmente de *teoria*?

Se o discurso ideológico é abstrato e lacunar, faz uma análise invertida da realidade e separa o pensar e o agir, o discurso não-ideológico é aquele que visa o preenchimento das lacunas pela procura da gênese do processo. Isto não significa que se deva contrapor ao discurso lacunar um discurso “pleno”, mas sim a elaboração da crítica, do contradiscurso que revele a contradição interna do discurso ideológico e que o faça explodir.

(DESNUDAR)

É esse justamente o papel da teoria, que está encarregada de desvendar os processos reais e históricos dos quais se origina a dominação de uma classe sobre outra, enquanto a ideologia visa exatamente o contrário, ou seja, a dissimulação dessa diferença ou a justificação dela.

Além disso, a teoria estabelece uma relação dialética com a prática, ou seja, uma relação de reciprocidade e simultaneidade, e não hierárquica, como no discurso ideológico. Explicando melhor: a práxis é justamente a relação indissolúvel teoria-prática, de modo que não há agir humano que não tenha sido antecedido por um projeto, da mesma forma que a teoria não é algo que se produza independentemente da prática, pois seu fundamento é a própria prática. Nós conhecemos as coisas na medida em que as produzimos, daí toda teoria se tornar lacunar (e portanto ideológica), sem o “vaivém” entre o fato e o pensado.

Ora, o saber que resulta do trabalho é um saber instituinte e, nesse sentido, é “vivo”, móvel, com toda a força decorrente do processo de se fazer. Ao contrário, o saber ideológico é o saber instituído, esclerosado, morto.

Por isso, é importante o papel da filosofia como crítica da ideologia, para romper as estruturas petrificadas que justificam as formas de dominação.

Ainda neste capítulo, examinaremos a ideologia subjacente aos textos didáticos de 1º grau, às histórias em quadrinhos e à propaganda. Por questão de espaço, não trataremos das importantes reflexões de Michel Foucault, filósofo francês contemporâneo, cujos estudos desvendam o caráter ideológico do sistema carcerário e dos hospícios. Na *História da loucura*, Foucault critica a moderna concepção de loucura, analisando como ela foi “construída” a partir do século XVII. São também importantes os trabalhos teóricos e práticos de psiquiatras como o italiano Basaglia e os ingleses Laing e Cooper, com as propostas da antipsiquiatria.³

Tais discussões controvertidas têm sido sujeitas a um debate fermentado que, supomos, deverá pôr em questão concepções tradicionais a respeito desses assuntos.



(Chico, O Pato, Rio de Janeiro, Codecri, 1978, Col. Humor, v. 1.)

³ Mais informações poderão ser encontradas na pequena introdução feita por J. Frayse Pereira, *O que é loucura*, São Paulo, Brasiliense (Col. Primeiros Passos).

Exercícios

1. Releia a definição de ideologia segundo Marilena Chauí e responda, em poucas linhas: O que é? Para que serve? Por que surge?

2. Em que sentido a teoria se distingue da ideologia? Como a teoria se relaciona com a prática?

3. Explique por que o conteúdo das frases a seguir é ideológico. Aplique os conceitos adequados (lacuna, inversão, aparecer social, universalização, abstração). Justifique sua resposta.

a) O Estado é uma instituição que está a serviço de todos.

b) Isto é legal, portanto justo e legítimo.

c) A sociedade burguesa é formada por três tipos diferentes de proprietários: o capitalista (proprietário do capital); o dono da terra (proprietário da renda da terra); e o trabalhador (proprietário do salário). Se todos são proprietários, embora de coisas diferentes, então todos os homens dessa sociedade são iguais e possuem direitos iguais.

4. Analise o aspecto ideológico da seguinte afirmação: "As diferenças sociais existem devido a diferenças de natureza, talento e esforço. Portanto, pode-se observar que geralmente as pessoas são pobres por serem incompetentes, preguiçosas ou pouco esforçadas".

5. Os provérbios têm um valor positivo enquanto expressam a sabedoria popular. Mas, dependendo da situação em que são aplicados, adquirem contornos ideológicos. Justifique isso comentando os seguintes:

"Em boca fechada não entra mosca."

"Feliz é quem só quer o que pode e só faz o que quer."

"A quem nada deseja nada falta."

"De grão em grão a galinha enche o papo."

"Cada um por si, Deus por todos."

"Cada macaco no seu galho."

6. Bertolt Brecht, dramaturgo e poeta marxista, faz no poema a seguir uma denúncia da alienação e da ideologia. Justifique:

"Nós vos pedimos com insistência:
Nunca digam — Isso é natural!
Diante dos acontecimentos de cada dia.
Numa época em que reina a confusão,
Em que corre o sangue,
Em que o arbitrário tem força de lei,
Em que a humanidade se desumaniza...
Não digam nunca: Isso é natural!
A fim de que nada passe por ser imutável."

SEGUNDA PARTE — A ideologia na escola

1. As teorias reprodutivistas

Desde o final do século passado e na primeira metade do século XX, os pedagogos influenciados pelas teorias da chamada *escola nova* defenderam a idéia otimista de que a educação teria uma função democratizadora, ou seja, a escola seria um fator de mobilidade social.

Ao contrário das expectativas, porém, foram constatadas altas taxas de repetência e evasão escolar, sobretudo nas camadas mais pobres da sociedade. Embora os índices fossem mais perversos nos países em desenvolvimento, como é o caso do Brasil, essa distorção acontecia também em outras regiões do mundo.

Tendo em vista tais constatações, na década de 70 desenvolveu-se a tendência *crítico-reprodutivista*, representada por diversos teóricos franceses que, embora fizessem inter-

pretações diferentes, chegavam a conclusões semelhantes entre si, ao admitirem que a escola não é equalizadora, mas *reprodutora* das diferenças sociais.

Segundo Althusser, o Estado tem um aparelho repressivo (exército, polícia, tribunais, prisões etc.) que assegura a dominação *pela violência*, mas também se utiliza de outras instituições pertencentes à sociedade civil (como a família, a escola, a igreja, os meios de comunicação, os sindicatos, os partidos etc.) a fim de estabelecer o consenso *pela ideologia*, e que por isso são chamados *aparelhos ideológicos de Estado*.

Bourdieu e Passeron desenvolvem o conceito de *violência simbólica*, considerando que a escola não exerce necessariamente a violência física, mas sim a violência mediante forças simbólicas, ou seja, pela doutrinação

que força as pessoas a pensarem e a agirem de determinada forma, sem perceberem que legitimam com isso a ordem vigente.

Baudelot e Estabrel denunciavam a impossibilidade de existir uma "escola única" na sociedade dividida em classes. Por isso existem de fato duas redes de escola — uma secundária superior, outra primária profissional — que se destinam respectivamente aos filhos da elite e aos dos proletários. A separação é feita de tal forma que desde o começo os filhos dos proletários estão destinados a não atingir os níveis superiores de escolarização.

Além disso, o próprio funcionamento da escola repete a estrutura hierarquizada, reproduzindo muitas vezes as relações autoritárias existentes fora dela. E, mais ainda, acentuando a dicotomia entre teoria e práxis, a escola não só desvaloriza o trabalho manual, privilegiando o trabalho intelectual, como também torna a própria teoria estéril, já que distanciada da prática, verbalizada, freqüentemente simples erudição inútil.

Portanto, para esses teóricos a escola não democratiza, mas, ao contrário, reproduz a divisão social e mantém os privilégios de classe. Veremos adiante que mais tarde outros se contrapuseram a essa visão pessimista demais.

2. Os textos didáticos

Os problemas descritos são complexos e mereceriam análise mais pormenorizada, mas não nos propomos desenvolver aqui essas questões. O que nos interessa, no momento, é analisar como o texto didático veicula certos valores que visam adequar o indivíduo à sociedade, integrando-o na ordem estabelecida. Embora o caráter ideológico também exista na literatura infanto-juvenil e em livros de 2º grau, sobretudo nos de moral e cívica, história e geografia, vamos nos deter na análise de textos didáticos de 1º grau.

Analisando os fragmentos transcritos nos textos complementares, podemos notar que a realidade mostrada à criança é estereotipada, idealizada e, portanto, deformadora.

A concepção de trabalho iguala em plano imaginário todos os tipos de profissão e oculta o fato de as pessoas serem submetidas a trabalhos árduos, alienados. Esses textos mostram a sociedade como una e harmônica, cada pessoa cumprindo o seu papel como se fosse um desti-

no a que não se pode fugir e ao qual se deve conformar (alegremente, de preferência...). A impressão que se tem é que a riqueza e a pobreza fazem parte da natureza das coisas, e não são resultado da ação dos homens. Resta aos pobres a paciência e aos ricos a generosidade.

Também a família é apresentada sem conflitos, com papéis bem marcados: o pai tem a função de provedor; a mãe é a "rainha do lar"; a criança é atenciosa e obediente e, caso não seja, isso é mostrado como um desvio que precisa ser corrigido; a empregada, geralmente negra, é feliz por ser "quase" alguém da família. Simula um mundo sem preconceito em que as raças se irmanam...

A pátria merece páginas de ufanismo, retratando um país ilusório, de beleza natural exuberante, riquezas escondidas, possibilidades incríveis. A miséria, a fome, as doenças, o analfabetismo, o racismo, nada disso transparece, sendo de fato ocultado.

Outros tópicos ficam por sua conta investigar: o que é dito sobre a escola, sobre o trabalho no campo, sobre o índio, sobre a moral...

O que podemos pensar a respeito dessa escamoteação da realidade feita pelo livro didático? Estabelece-se uma contradição entre o discurso que ele profere e a realidade: camufla a desigualdade até quando a reconhece (o pedreiro é pobre, mas é importante para a grandeza da nação); mascara a divisão e não desvela a injustiça social; dá uma visão estática e imobilista da família, da escola e do mundo, acentua estereótipos. Em outras palavras, impede a tomada de consciência dos conflitos e contradições da sociedade, criando, ao contrário, predisposição ao conformismo e à passividade.

Esses textos didáticos têm, portanto, uma função ideológica.

Talvez alguns argumentem que não vale a pena mostrar erros e misérias para as crianças, para não ofender sua infância ingênua. Tal observação é perigosa e sob certos aspectos hipócrita, pois sabemos que as crianças têm intuição para perceber as contradições de seus pais e professores, e escondê-las seria instituir na educação o jogo perverso da dissimulação. Além disso, os bons autores, ao lado da transmissão dos valores humanos considerados importantes para a sua formação, saberão mostrar-lhes, com sutileza, os riscos e perigos dos desvios para onde se envereda muitas vezes a humanidade.

3. Onde está a saída?

Pela análise de textos didáticos concluiríamos que a escola tem função reprodutora, enquanto peça da engrenagem do sistema político vigente e, portanto, passível da ação da ideologia.

No entanto, tal colocação é redutora demais e não dialética. É preciso partir do fato bem observado pelos teóricos crítico-reprodutivistas, de que a práxis educativa não é neutra, mas se acha vinculada a uma sociedade, às relações de produção, ao sistema político. No entanto, ao mesmo tempo, não se justi-

fica permanecer inativo enquanto não houver a esperada transformação da sociedade.

Para o filósofo e educador francês Georges Snyders, que faz a crítica aos reprodutivistas, se o operário não consegue de imediato ter a consciência lúcida da realidade social, também não deve ser considerado joguete passivo de mistificação. Sempre haverá na escola a possibilidade de professores e alunos inventarem práticas que se tornem críticas da inculcação ideológica.

A escola é um espaço possível de luta, de denúncia da domesticação e seletividade e de procura de soluções, ainda que precárias e parciais.